



CLIPPING INTERNET
07/05/2020 ATÉ 07/05/2020



INDÍCE

1	COMARCAS	
1.1	BLOG DO JURACI FILHO.....	1
1.2	BLOG DO MINARD.....	2
2	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
2.1	BLOG ATUAL 7.....	3
2.2	BLOG DIEGO EMIR.....	4
2.3	BLOG DO MINARD.....	5
2.4	BLOG DO NETO FERREIRA	6
2.5	BLOG GILBERTO LEDA.....	7 8
2.6	BLOG JORGE ARAGÃO.....	9
2.7	BLOG MARCO DEÇA.....	10
2.8	BLOG MÁRIO CARVALHO.....	11
2.9	BLOG ZECA SOARES.....	12
2.10	SITE G1 MARANHÃO.....	13
2.11	SITE G7 MARANHÃO.....	14
2.12	SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	15
2.13	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	16 17 18 19
2.14	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	20 21
2.15	SITE VALOR ECONÔMICO.....	22

DPE também cobra transparência de Dino sobre testes para Covid-19

Ação pede que SES passe a informar, com atualização diária, quantidade e locais de testes para detectar o novo coronavírus

A DPE (Defensoria Pública do Estado) do Maranhão acionou o governo Flávio Dino na Justiça para obrigar a gestão estadual a informar, com atualização diária, a quantidade que possui em cada unidade da rede pública de saúde de testes rápidos e moleculares (RT-PCR) para detectar o novo coronavírus; a localização dessas unidades; e os critérios de acesso à testagem.

O pedido foi formulado pelos defensores do Núcleo de Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde da DPE-MA, Benito Pereira da Silva Filho, Cosmo Sobral da Silva e Krisândia Santos Marinho.

“Não bastando os problemas reais gerados pela pandemia, a sociedade maranhense ainda tem que lidar com inconsistência de informações divulgadas pelo governo. Tendo em vista a contradição da quantidade de leitos existentes anunciados pelo governador Flavio Dino em redes sociais e número real publicado pela SES/MA”, ressaltam os defensores públicos, na ação, sobre os leitos virtuais divulgados pelo governador.

A ação tramita na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que tem como titular o juiz Douglas de Melo Martins, o mesmo que determinou a Dino a decretação de lockdown em São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

Também está aos cuidados do magistrado um pedido da Promotoria de Justiça do Idoso, semelhante ao feito pela DPE-MA por falta de transparência, para que a SES (Secretaria de Estado da Saúde) passe a divulgar informações atualizadas e detalhadas sobre testagem, ocupação de leitos e gastos públicos no combate ao novo coronavírus.

Juiz do lockdown em São Luís diz que acabou paciência e a partir desta quinta tem aplicação de multa

O juiz Douglas de Melo Martins, responsável por determinar o lockdown na Ilha de São Luís, afirmou em entrevista a rádio Nova FM nesta quarta-feira (6), que acabou a paciência e a partir desta quinta-feira (7), terá aplicação de multa para quem insistir em descumprir as ordens de ficar em casa. De acordo com o magistrado, o primeiro dia teve uma boa adesão, mas hoje, já teve muita gente saindo de casa. “Foram dois dias de caráter educativo, agora terá aplicação de multa, inclusive lamento que até uma ou outra multa pode ser aplicada indevidamente”, afirmou o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Douglas de Melo Martins lembrou que na Itália, o lockdown decretado só permitia a saída de casa uma vez por semana, aqui na Ilha de São Luís não existe restrição para a saída de pessoas que vão as compras de alimentos e farmácias, porém já está ocorrendo abusos e medidas enérgicas vão ter de ser tomadas.

Ele ainda lembrou que as multas aos condutores podem ser aplicadas de acordo como está previsto no Código de Trânsito, além do fato que aqueles que continuarem infringindo a lei vão poder ser processados por desobediência.

As multas vão poder ser aplicadas por agentes de trânsito dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

Polícia Civil faz apreensão de 250 Kg de maconha em Itapecuru Mirim

maconha apreendida pela Polícia Civil do Maranhão itapecuru-mirimA Polícia Civil do Maranhão apreendeu em torno de 250 kg de maconha na madrugada dessa quarta-feira (06), em Itapecuru-Mirim.

A apreensão somente foi possível após recebimento de denúncias anônimas via mensagens, quando a Polícia Civil passou a intensificar as ações no município, onde foi realizada a apreensão.

A polícia informou que um homem estava fazendo um grande carregamento da droga em um veículo modelo Fiat Idea em um carro com as características descritas na denúncia.

O condutor não teria obedecido à ordem de parada e ainda tentou fugir, mas houve acompanhamento tático. O motorista perdeu o controle do volante e saiu da pista descendo um barranco. Ele chegou a fugir por uma mata, mas o passageiro foi contido e preso em flagrante.

Os policiais encontraram no interior do veículo dez sacos de nylon condicionados no porta-malas e também no banco de trás do carro. Os sacos continham diversas 'peças de maconha', sendo que cada peça tinha um peso aproximado de 1 kg, totalizando 250 kg da substância.

O passageiro confirmou que pelo transporte da droga receberia R\$ 500,00 e ainda 2 kg para auxiliar no transporte até Itapecuru-Mirim.

Ele foi preso e encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), em São Luís do Maranhão, onde foi feita a autuação pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Em seguida, o homem foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Justiça suspende atividades não essenciais em Codó, liberadas pelo prefeito

Publicado em 7 de Maio de 2020 às 14:00 | [Comentar](#)

Francisco Nagib, prefeito de Codó

Uma decisão, proferida pela 1ª Vara da Comarca de Codó, suspende decreto municipal que autorizou o funcionamento de serviços não essenciais na véspera e durante o feriado Dia das Mães. A determinação, de caráter liminar, é dessa quarta-feira (07/05) e o prazo para cumprimento passa a valer a partir da intimação. A Prefeitura, comandada por Francisco Nagib, tem até 48h para adotar as medidas e garantir a suspensão dessas atividades.

Na decisão, juiz Marco André Tavares Teixeira, titular da unidade, atendeu a um pedido da Promotoria local, nos autos da Ação Civil Pública Cível nº. 0801870-91.2020.8.10.0034, justificando que a continuidade nas medidas de isolamento é necessária ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

O magistrado reforça na decisão que “o dano a ser gerado pelo deferimento da tutela de urgência pretendida, que implica na restrição ao funcionamento de serviço não essencial em véspera de data comemorativa, produz menos consequências maléficas do que o dano que poderia ser criado a partir da abertura do serviço no presente momento”.

A medida de urgência leva em consideração a possibilidade do aumento do fluxo de pessoas em espaços comerciais não essenciais, no período de 06 a 11 de maio, em razão da vigência do decreto. Esse aumento poderia causar aglomeração e facilitar o contágio da Covid-19, ocasionando colapso no sistema de saúde local.

Assim, a fundamentação da medida leva em conta, também, a fragilidade do sistema de saúde na cidade, que não dispõe de leitos de UTI e respiradores e que, em caso de necessidade, os pacientes terão que recorrer a município vizinhos, a exemplo de Coroatá.

O magistrado ainda destacou que os casos da Covid-19 estão em curva crescente na cidade, sendo necessária a adoção de medidas restritivas. Segundo últimos dados divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado, o município de Codó já conta com 30 casos da doença.

“Ressalta-se que os dados gerados a partir da COVID-19, segundo boletins epidemiológicos, são alarmantes, indicando seu crescimento contundente e vertiginoso em Codó-MA, exigindo do poder público a adoção de procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação”, ratificou.

A multa diária em caso de descumprimento da ordem é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Juiz que decretou lockdown em São Luís diz que agora é na 'chibata'

Publicado em 7 de Maio de 2020 às 11:10 | [Comentar](#)

Juiz Douglas de Melo Martins

O juiz Douglas de Melo Martins, responsável por determinar o lockdown na Ilha de São Luís, afirmou em entrevista a rádio Nova FM nesta quarta-feira (6), que acabou a paciência e a partir desta quinta-feira (7), terá aplicação de multa para quem insistir em descumprir as ordens de ficar em casa. De acordo com o magistrado, o primeiro dia teve uma boa adesão, mas hoje, já teve muita gente saindo de casa. “Foram dois dias de caráter educativo, agora terá aplicação de multa, inclusive lamento que até uma ou outra multa pode ser aplicada indevidamente”, afirmou o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Douglas de Melo Martins lembrou que na Itália, o lockdown decretado só permitia a saída de casa uma vez por semana, aqui na Ilha de São Luís não existe restrição para a saída de pessoas que vão as compras de alimentos e farmácias, porém já está ocorrendo abusos e medidas enérgicas vão ter de ser tomadas.

Ele ainda lembrou que as multas aos condutores podem ser aplicadas de acordo como está previsto no Código de Trânsito, além do fato que aqueles que continuarem infringindo a lei vão poder ser processados por desobediência.

As multas vão poder ser aplicadas por agentes de trânsito dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

Por Diego Emir

Juiz diz que é hora de punir quem desrespeitar o "lockdown" em São Luís

Após registros de desrespeito ao "lockdown" na grande São Luís, o juiz Douglas de Melo Martins afirmou que está na hora de punir quem cumprir com as regras da determinação judicial.

Martins é o autor da decisão que impôs ao Estado a decretação do lockdown nas quatro cidades que compõem a região metropolitana da capital maranhense.

Para o magistrado, o primeiro dia de bloqueio foi bom, mas o segundo foi "ruim". A declaração foi dada durante entrevista à rádio Nova FM.

"Eu acompanho o que está acontecendo. Do que tenho eu tenho visto, nos meios de comunicação, a minha análise é que o primeiro dia foi bom, as pessoas cumpriram. Viu-se, de logo, uma redução de mais de 60%, segundo dados da SMTT, da movimentação de veículos. Já no dia de hoje, eu percebi, pelo noticiário, que o nível de adesão caiu. Um número de pessoas muito grande passou a circular pela cidade. Então, na minha avaliação, o primeiro dia foi bom, o segundo dia foi ruim. Eu penso que o futuro, dos próximos dias, dependerá, agora, das outras providências que são necessárias adotar. Nos primeiros dias é natural que a atuação seja só de conscientização, de orientação. E, do que eu percebi, até agora ninguém foi multado, ninguém foi punido, ninguém foi conduzido a alguma delegacia de polícia. Mas, ao que parece, ao meu sentir, a partir de amanhã [hoje], talvez, já que á tivemos dois dias de orientação, dois dias só de conscientização, dois dias só de esclarecimentos, penso que seria a hora de começar a aplicar punições", afirmou.

2º dia de lockdown em SLZ ‘foi ruim’, afirma juiz: ‘hora de punições’

O juiz Douglas de Melo Martins, autor da decisão que determino ao Estado a decretação do lockdown na Região Metropolitana de São Luis, reconheceu ontem (6), durante entrevista à rádio Nova FM, que o segundo dia de bloqueio “foi ruim”.

Para ele, houve baixa circulação de pessoas no primeiro dia, mas, na quarta-feira, ocorreu burla às regras.

“Eu acompanho o que está acontecendo. Do que tenho eu tenho visto, nos meios de comunicação, a minha análise é que o primeiro dia foi bom, as pessoas cumpriram. Viu-se, de logo, uma redução de mais de 60%, segundo dados da SMTT, da movimentação de veículos. Já no dia de hoje, eu percebi, pelo noticiário, que o nível de adesão caiu. Um número de pessoas muito grande passou a circular pela cidade. Então, na minha avaliação, o primeiro dia foi bom, o segundo dia foi ruim”, declarou.

O magistrado defende que, após dois dias de orientações e esclarecimentos à população, é hora de as autoridades começarem a fazer valer o decreto e aplicar sanções a quem desobedecer as ordens de isolamento.

“Eu penso que o futuro, dos próximos dias, dependerá, agora, das outras providências que são necessárias adotar. Nos primeiros dias é natural que a atuação seja só de conscientização, de orientação. E, do que eu percebi, até agora ninguém foi multado, ninguém foi punido, ninguém foi conduzido a alguma delegacia de polícia. Mas, ao que parece, ao meu sentir, a partir de amanhã [hoje], talvez, já que á tivemos dois dias de orientação, dois dias só de conscientização, dois dias só de esclarecimentos, penso que seria a hora de começar a aplicar punições”

Covid-19: DPE quer obrigar Estado a informar quantidade e locais de testes

Uma ação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) deve forçar o Governo do Maranhão a informar publicamente - e, depois, a manter atualizados - os dados sobre a quantidade de testes rápidos e moleculares (RT-PCR) para detectar o novo coronavírus (Sars Cov 2) que possui em cada unidade de saúde, sobre a localização dessas unidades de saúde e sobre os critérios de acesso à testagem.

O pedido foi formulado pelos defensores do Núcleo de Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde da DPE, Benito Pereira da Silva Filho, Cosmo Sobral da Silva e Krisândia Santos Marinho.

O caso será julgado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o mesmo que decretou o lockdown na Região Metropolitana de São Luís. Ele já recebeu a ação e deu prazo de três dias para o Estado se manifestar.

No processo, os defensores apontam que já solicitaram essas informações - e outras mais - administrativamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES), sem obter resposta aos ofícios encaminhados. E destacam as várias contradições reveladas pela imprensa entre a capacidade de atendimento anunciada pelo Executivo estadual nas redes sociais e a efetivamente ativada, de acordo com os boletins epidemiológicos. Para a DPE, falta transparência.

“Não bastando os problemas reais gerados pela pandemia, a sociedade maranhense ainda tem que lidar com inconsistência de informações divulgadas pelo governo. Tendo em vista a contradição da quantidade de leitos existentes anunciados pelo governador Flavio Dino em redes sociais e número real publicado pela SES/MA”, dizem, na ação.

Os representantes da Defensoria pedem, ainda, que a Justiça possa ter acesso direto ao Sistema de Regulação de Leitos da Rede Pública Estadual, como forma de embasar possíveis decisões judiciais mais corretas, já que lastreadas em dados claros, como a quantidade de leitos existentes e ocupados por unidade hospitalar, a fila de espera atual, o histórico desta fila, as mudanças de critério, se os últimos laudos e informações clínicas constam do sistema, posição na fila, o tempo de espera, e a quantidade total de leitos disponíveis no sistema, por exemplo,

Para eles, o acesso a essas informações evitaria, ainda, situações como a de profissionais do Samu, registradas há pouco mais de uma semana, que chegavam com pacientes graves em UPAs e não conseguiam atendimento (reveja).

“O Acesso a estas informações pelo sistema de justiça serviria inclusive para evitar a comum frase de que as decisões judiciais fomentariam o fura fila e desorganizaria a regulação do sistema de saúde. Evitaria ainda que a lamentável situação denunciada pelos próprios agentes da saúde do SAMU, que levam os pacientes de unidade em unidade em São Luís sem receberem por atendimento”, destacaram.

O prazo do Estado para se manifestar nos autos encerra-se na sexta-feira (8).

Defensoria Pública aciona Estado por transparência nos testes da Covid-19

Pelo visto, como de costume no Governo Flávio Dino, está faltando transparência sobre ações do Estado, desta vez com relação ao combate da pandemia do novo coronavírus.

Inicialmente foi o Ministério Público, através da o promotor de Justiça da Defesa do Idoso, José Augusto Cutrim, que cobrou transparência do Governo Flávio Dino quando pediu a Justiça que o Estado seja obrigado “a demonstrar e comprovar, com total transparência, [...] as medidas efetivamente adotadas e valores financeiros recebidos e despendidos de repasses da União, emendas parlamentares e doações privadas, gastos no enfrentamento da pandemia ocasionada pela propagação do coronavírus” (reveja).

Agora, foi a Defensoria Pública que também ingressou com uma ação na Justiça contra a falta de transparência do Governo Flávio Dino, mas desta vez querendo detalhes sobre os testes feitos para a Covid-19.

A ação da Defensoria Pública quer forçar o Governo do Maranhão a informar publicamente - e, depois, a manter atualizados - os dados sobre a quantidade de testes rápidos e moleculares para detectar o novo coronavírus que possui em cada unidade de saúde, sobre a localização dessas unidades de saúde e sobre os critérios de acesso à testagem.

O pedido foi formulado pelos defensores do Núcleo de Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde da DPE, Benito Pereira da Silva Filho, Cosmo Sobral da Silva e Krisândia Santos Marinho.

Na ação, os defensores apontam que já solicitaram essas informações - e outras mais - administrativamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES), sem obter resposta aos ofícios encaminhados. E destacam as várias contradições reveladas pela imprensa entre a capacidade de atendimento anunciada pelo Executivo estadual nas redes sociais e a efetivamente ativada, de acordo com os boletins epidemiológicos. Para a DPE, falta transparência.

“Não bastando os problemas reais gerados pela pandemia, a sociedade maranhense ainda tem que lidar com inconsistência de informações divulgadas pelo governo. Tendo em vista a contradição da quantidade de leitos existentes anunciados pelo governador Flavio Dino em redes sociais e número real publicado pela SES/MA”, dizem, na ação.

As duas ações devem ser julgadas pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o mesmo que decretou o lockdown na Região Metropolitana de São Luís. Ele já recebeu as ações e deu prazo de três dias para o Estado se manifestar.

Santa Inês - A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) encaminhou ofício, na quarta-feira (06), à Secretaria Estadual de Saúde (SES) onde solicitou a instalação de Hospital de Campanha para tratamento de pacientes contaminados com o Novo Coronavírus no município de Santa Rita e região.

O documento assinado pelos defensores públicos da comarca José Maria Alves Filho, Uallassé Rocha Louzeiro, Giselle Queiroz Paula ressalta que o Hospital Macrorregional de Santa Inês, referência para tratamento do Covid-19, há apenas dois leitos de UT'Is, com respiradores, porém já ocupados, e 10 leitos comuns, dos quais somente quatro estão desocupados, mas havendo 14 pedidos para transferência de pacientes de cidades vizinhas.

É aguardar e conferir.

“Não vejo outro caminho”, diz Douglas Melo sobre multa no lockdown

POSTED ON 07/05/2020 BY MARCO AURÉLIO D'EÇA

Juiz que decretou o bloqueio geral diz que a aplicação de sanções a quem sair às ruas sem justificativa comprovada é a saída para salvar a situação, mas ressalta que isso cabe apenas às forças de segurança do governo e das prefeituras

Nos bairros populares e comerciais, o passeio de pedestres continua sem problemas, após três dias de bloqueio geral

Apesar da insistente declaração de sucesso do governador Flávio Dino (PCdoB), o lockdown decretado judicialmente na Grande São Luís, mostra claros sinais de fracasso, diante da desobediência generalizada da população.

Para mudar o quadro e garantir o bloqueio geral, a saída seria a aplicação de multa aos desobedientes, como defende o próprio autor da medida, o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins.

- Não vejo outro caminho - afirmou Martins, com exclusividade ao blog Marco Aurélio D'Eça.

O juiz ressalta, no entanto, que essa medida cabe apenas ao próprio Governo do Estado e à Prefeitura de São Luís, que dispõem das forças de segurança para aplicar as sanções a quem desobedecer o bloqueio.

Na quarta-feira, 6, o magistrado chegou a dizer, em entrevista ao blog do jornalista Diego Emir, que as multas seriam aplicadas a partir desta quinta-feira, 7, após dois dias de orientações.

Mas, ao que parece, se depender do governador Flávio Dino e dos prefeitos, essas multas não serão aplicadas, sobretudo pelo temor do desgaste político que elas trazem.

Além disso, para Flávio Dino - a despeito das imagens exibidas na imprensa nos três dias de bloqueio - “o lockdown é um sucesso”.

As avenidas desmentem com fatos o que o governador insiste em dizer nas redes sociais (imagem registradas às 13h desta quarta-feira, 7)

Dino insiste em não reconhecer que sem as medidas mais enérgicas não haverá redução na circulação de pessoas; e se recusa a radicalizar nas medidas contra os que desobedecem o bloqueio.

Pior: prefere dizer que nem existe desobediência.

As multas estão previstas na própria decisão de bloqueio proferida pelo juiz Douglas de Melo e estabelecidas também nos decretos que regulamentaram a medida, tanto o do governo quanto o das prefeituras da Grande São Luís.

Enquanto não forem usadas como coerção, a farra continuará grande nos bairros.

E o governador falando de sucesso nas redes sociais...

Até que ponto o lockdown na Ilha de São Luís é um sucesso?

Editorial

Mais de 1,5 milhão de pessoas que habitam a região metropolitana da Ilha de São Luís, que compreende a capital maranhense e os municípios adjacentes de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, estão tentando se adequar às novas medidas restritivas de mobilidade e trafegabilidade com o chamado lockdown (bloqueio total) das atividades não essenciais para conter o avanço da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Mas uma pergunta que não quer calar: até que ponto essas medidas de contenção estão sendo eficientes, na base, para barrar a transmissibilidade de um vírus que já matou milhares de pessoas no mundo inteiro?

Estamos no terceiro dia do lockdown e o que se pode observar é que os bloqueios pela Ilha continuam com barreiras em várias avenidas de intenso fluxo e rodovias estaduais que cortam a região metropolitana.

No entanto, um grande desafio para o Governo do Estado e prefeitos da Grande São Luís é conter aquelas pessoas que ainda insistem em se aglomerar em público e não usar máscaras de proteção nos bairros mais populosos como Cidade Operária, Maiobão, Cohatrac, Turu, entre outros.

Apesar disso, o governador Flávio Dino (PCdoB), que decretou o lockdown, após decisão do juiz Douglas Martins (vara de Interesses Difusos e Coletivo) e cuja medida começou a valer na última terça-feira, 5, afirma nas redes sociais que o bloqueio está sendo um sucesso.

"Lockdown é um sucesso. Houve gigantesca redução de movimentação de pessoas em TODA a cidade. Basta olhar a Rua Grande, as avenidas por onde centenas de milhares circulam, a redução em 85% no número de passageiros nos ônibus. Fiscalização está ocorrendo, com ponderação e bom senso".

Esperamos que o governador tenha, de fato, razão em avaliar positivamente o lockdown. Mas não há como não ressaltar que a falta de compreensão de muitos não é a devida racionalidade que a gravidade do caso requer para conter a transmissibilidade da Covid na região metropolitana de São Luís e, tampouco, nos demais 213 municípios do Maranhão.

Segundo dados atualizados da Secretaria de Saúde (SES), já foram registrados no estado 8.077 casos suspeitos da doença, 5.389 confirmados, 305 óbitos, 6.064 descartados e 1.439 recuperados.

Portanto, analisando esses números, podemos dizer que qualquer descuido na fiscalização será pouco para apertamos o botão do salve-se quem puder!

DPE quer transparência sobre leitos e testes da Covid

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde, ajuizou Ação Civil Pública (ACP) na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, visando garantir que a instituição tenha acesso ao Sistema de Regulação de Leitos que é gerenciado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES).

A ACP, dentre outras providências, pede ao Poder Judiciário que a SES publique a quantidade de testes rápidos e molecular que detectam o novo Coronavírus nas unidades de saúde, a localização dessas unidades de saúde e a forma de distribuição.

Tal pedido se deve a inúmeras reclamações de assistidos da Defensoria, que vão desde a falta de testes até a falta de leitos, seja de enfermaria ou UTI. Desta forma, tendo como prioridade a resolução administrativa, foram encaminhados diversos ofícios para a SES, com pedidos de esclarecimentos e recomendações a fim de que a sociedade saiba o atual panorama da prestação de serviços no setor.

O documento assinado pelos defensores Benito Pereira Filho e Cosmo Sobral da Silva, destaca que pedidos foram feitos anteriormente diretamente à Secretaria, de maneira extrajudicial, sobre o quantitativo de testes disponíveis. Também, pediu a otimização do atendimento de testagem destinado a profissionais da linha de frente ao enfrentamento da pandemia. No entanto, não teve sua solicitação atendida.

Neste contexto, e pretendendo resolver o impasse de forma administrativa, a Defensoria solicitou a designação de audiência de Conciliação entre as partes, por meio de Teleconferência. Também espera providências acerca da assistência pública, especialmente de urgência e emergência, no âmbito do SUS do Estado do Maranhão direcionado ao atendimento dos pacientes em geral e os com suspeita e também dos já confirmados de possuírem o Novo Coronavírus (Covid-19).

A Comissão do Direito à saúde do Condege também apoia à medida e a considera estratégica, sendo que alguns estados deverão aderir ao sistema de publicização das informações e transparência.

Governador do Maranhão minimiza aglomerações no lockdown: 'Não estamos na Europa'

Flávio Dino (PcdoB) avalia como positiva a atuação das medidas de confinamento obrigatório: 'O lockdown é um gigantesco sucesso'.

No terceiro dia de lockdown na Região Metropolitana de São Luís o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), avaliou as medidas de confinamento obrigatório como "um sucesso gigantesco" mesmo com grandes aglomerações registradas em bairros na Grande Ilha, que envolve a capital e as cidades de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Em entrevista nesta quinta-feira (7), no Bom dia Mirante, Dino minimizou as aglomerações registradas nas periferias destes municípios dizendo que o Maranhão não está na Europa.

"O principal caminho é o da consciência cidadã. Repito que não vamos trancar todas as pessoas dentro das suas casas com cadeados. Isso não existe. Então o que estamos fazendo é mostrando como o distanciamento social é uma necessidade. As prefeituras estão intensificando, junto a cada bairro, a cada feira, mas, lembrando, não haverá o encarceramento das pessoas. Vão continuar existindo pessoas na porta de suas casas. Não haverá o desaparecimento forçado de milhões de pessoas. Há uma referência meio que romântica do lockdown europeu. Nós não estamos na Europa. As pessoas tem dificuldade de trabalho, de moradia, então nós temos que ter senso de proporcionalidade. Saber o que é possível fazer.", disse.

PERGUNTAS E RESPOSTAS: tire suas dúvidas sobre o lockdown

ANTES E DEPOIS: fotos mostram São Luís após bloqueio

O QUE MUDA: o que pode ou não pode com o bloqueio total

Flávio Dino lembrou que o lockdown na Região Metropolitana de São Luís é a primeira experiência do bloqueio total no Brasil. O Governador do Maranhão diz que a medida deve ser encarada como patrimônio do estado e volta a fazer uma avaliação positiva do confinamento obrigatório.

"O lockdown é um gigantesco sucesso e é um patrimônio do Maranhão. Uma experiência inédita em termos nacionais. É claro que há pessoas transitando daqui, de acolá, uma vez que é impossível encarcerar milhões de pessoas. Tivemos uma redução muito profunda da quantidade de pessoas circulando e transmito um dado para que seja possível situar isto. Diariamente no nosso sistema de transporte coletivo na Ilha transitam 641 mil pessoas em média. Ontem (quarta-feira, 6), transitaram 96 mil. Ou seja, uma redução de 85% no deslocamento de pessoas por ônibus", afirmou.

Continue lendo em:

Juiz do lockdown na Ilha disse que vai mandar multar quem não cumprir decreto

Douglas de Melo Martins disse que acabou paciência e a partir desta quinta serão aplicadas multas

O juiz Douglas de Melo Martins, responsável por determinar o lockdown na Ilha de São Luís, afirmou em entrevista à rádio Nova FM nesta quarta-feira (6), que acabou a paciência e a partir desta quinta-feira (7), terá aplicação de multa para quem insistir em descumprir as ordens de ficar em casa.

De acordo com o magistrado, o primeiro dia teve uma boa adesão, mas nesta quarta-feira (06), já teve muita gente saindo de casa. “Foram dois dias de caráter educativo, agora terá aplicação de multa, inclusive lamento que até uma ou outra multa pode ser aplicada indevidamente”, afirmou o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

Douglas de Melo Martins lembrou que na Itália, o lockdown decretado só permitia a saída de casa uma vez por semana, aqui na Ilha de São Luís não existe restrição para a saída de pessoas que vão as compras de alimentos e farmácias, porém já está ocorrendo abusos e medidas enérgicas vão ter de ser tomadas.

Ele ainda lembrou que as multas aos condutores podem ser aplicadas de acordo como está previsto no Código de Trânsito, além do fato que aqueles que continuarem infringindo a lei vão poder ser processados por desobediência.

As multas vão poder ser aplicadas por agentes de trânsito dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

Por Diego Emir

Mesmo em lockdown, governo permite trânsito de motoristas sem declaração de serviço essencial

Há barreiras em várias regiões da Grande São Luís, mas em alguns locais os motoristas não são punidos por não comprovar o motivo do deslocamento.

Mesmo após a determinação judicial de 'lockdown' (bloqueio total), motoristas seguem transitando normalmente por regiões da Grande São Luís.

A determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos era de que o governo deveria 'vedar a circulação de veículos particulares nas rodovias estaduais', com exceção para pessoas realizando atividades consideradas essenciais.

Entretanto, mesmo com pontos de fiscalização em rodovias estaduais, em alguns locais os motoristas não são barrados. Isso acontece mesmo quando não apresentam a declaração obrigatória para justificar o deslocamento.

Em um ponto da Estrada de Ribamar, o G1 registrou como funciona a barreira do trânsito. A maioria dos motoristas segue sem nenhuma paralisação. Outros são questionados sobre a declaração, mas sempre seguem viagem.

De acordo com o tenente Valdemir, que coordenava as fiscalizações no local nesta quarta (6), os policiais ainda aguardam uma ordem para multar ou impedir a passagem de veículos. Ele também informa que as atividades de fiscalização possuem hora limitada: Das 7h às 19h. Depois desse horário, as barreiras são desmontadas.

"A gente orienta a pessoa para voltar para casa quando não tem declaração, mas o principal objetivo não é tirar o direito de ir e vir das pessoas. É orientar a ficar em casa", disse o PM.

Já nas ruas e avenidas dentro dos bairros, que são de responsabilidade das prefeituras, há raros pontos de fiscalização do trânsito e motoristas se deslocam como antes do lockdown.

No Maiobão, Matinha e Cidade Operária o trânsito está menos intenso, mas veículos de passeio são vistos sem interrupções. Em alguns lugares, moradores também andam sem máscaras e não há fiscalização.

Por G1 MA

Transparência I

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, tem para julgar duas ações contra o governo estadual que pede transparência nas ações relacionadas à Covid-19.

A mais recente é da Defensoria Pública do Estado (DPE) que quer mais detalhes sobre os números de testes que o Maranhão tem e os locais que os testes estão sendo realizados.

Segundo a DPE, houve um pedido em processo administrativo para que a Secretaria Estadual de Saúde concedesse os dados, mas a SES não enviou as informações.

Transparência II

Esta não é a primeira ação contra o governo do Maranhão que pede transparência em ações relacionadas ao combate ao novo coronavírus.

O Ministério Público Estadual pediu que a gestão estadual mostre dados sobre recursos destinados para as ações de enfrentamento à Covid-19.

Esta é a segunda ação contra o governo estadual que o magistrado da Vara de Interesses Difusos e Coletivos precisa julgar.

DPE aciona Estado para informar locais e total de testes para Covid-19

Órgão alega que, além da falta de transparência do governo em relação à testes para pacientes, ainda há incertezas sobre número de leitos disponíveis

Uma ação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) deve forçar o Governo do Maranhão a informar publicamente - e, depois, a manter atualizados - os dados sobre a quantidade de testes rápidos e moleculares (RT-PCR) para detectar o novo coronavírus (Sars Cov 2) que possui em cada unidade de saúde, sobre a localização dessas unidades de saúde e sobre os critérios de acesso à testagem.

O pedido foi formulado pelos defensores do Núcleo de Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Saúde da DPE, Benito Pereira da Silva Filho, Cosmo Sobral da Silva e Krisândia Santos Marinho.

O caso será julgado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o mesmo que determinou rapidamente a obrigação do estado de decretar o lockdown na Região Metropolitana de São Luís. Ele já recebeu a ação e deu prazo de três dias para o Estado se manifestar.

No processo, os defensores apontam que já solicitaram essas informações - e outras mais - administrativamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES), sem obter resposta aos ofícios encaminhados. E destacam as várias contradições reveladas pela imprensa entre a capacidade de atendimento anunciada pelo Executivo estadual nas redes sociais e a efetivamente ativada, de acordo com os boletins epidemiológicos. Para a DPE, falta transparência.

“Não bastando os problemas reais gerados pela pandemia, a sociedade maranhense ainda tem que lidar com inconsistência de informações divulgadas pelo governo. Tendo em vista a contradição da quantidade de leitos existentes anunciados pelo governador Flavio Dino em redes sociais e número real publicado pela SES/MA”, dizem, na ação.

Continue

lendo

em:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/05/07/dpe-aciona-estado-para-informar-locais-e-total-de-testes-para-covid-19/>

Comerciantes são orientados a fechar lojas durante o lockdown

Equipes da Blitz Urbana, com o apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar, conversaram com donos de lojas que não são consideradas essenciais no bloqueio total, orientando para a necessidade de mantê-las fechadas. Equipe da Blitz Urbana percorreu lojas de serviços não essenciais que estavam abertas na Cidade Operária. O bloqueio total continua vigorando na Região Metropolitana de São Luís, após determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, que foi acolhida pelo Governo do Estado por meio do Decreto nº 35.784, publicado no último dia 3 de maio. No segundo dia de validação do lockdown, houve uma operação da Prefeitura de São Luís na região da Cidade Operária. Durante a ação, realizada pela Blitz Urbana, os comerciantes foram orientados a fecharem suas lojas por não ter permissão de funcionamento.

A operação foi registrada durante o turno matutino desta quarta-feira, 6, quando os fiscais estiveram na Cidade Operária, onde há muitos estabelecimentos comerciais. O objetivo foi o disciplinamento dos comerciantes que insistiam em descumprir o decreto do lockdown, que tem validade até o próximo dia 14, e também outros da esfera municipal. A ação, que teve um aspecto educativo, abrangeu vários segmentos, como o de roupas e calçados, que não são considerados essenciais. Portanto, não deveriam abrir.

Após conversa com os fiscais da Blitz Urbana, os comerciantes concordaram em suspender suas atividades. Na Cidade Operária, as equipes se surpreenderam com a quantidade de estabelecimentos que estavam abertos, sem autorização de funcionamento. Essa conduta é uma das variáveis que podem influenciar na elevada curva de contágio do novo coronavírus, uma vez que aglomerações favorecem a Covid-19 devido à forma de transmissão da doença, considerada rápida.

As equipes da Blitz Urbana, quando faziam o disciplinamento dos comércios, foram acompanhadas por policiais militares e guardas municipais para situações de resistência, fato que não aconteceu. A operação deve ocorrer em outros locais onde há muitos estabelecimentos, como o João Paulo, Bairro de Fátima e Anjo da Guarda. Nas feiras dessas comunidades, muitos lojistas continuam abrindo, sem que o empreendimento seja considerado essencial.

Após conversa com lojistas, todos os comércios foram fechados; ação aconteceu na manhã de ontem. Nas feiras do BF e do João Paulo, por exemplo, muitos comerciantes estão tentando burlar o lockdown por meio de estratégias simples, como a abertura de somente uma parte da grade do estabelecimento. Quando a equipe de fiscalização se aproxima, esses microempresários fecham rapidamente a outra parte, mesmo quando clientes estão dentro.

SAIBA MAIS

Perigo das aglomerações

O fechamento de comércios não essenciais é uma medida de distanciamento social. O lockdown tem esse objetivo de afastar as pessoas o máximo que puder nos locais públicos e privados. Estabelecimentos abertos significam presença de clientes dentro escolhendo os produtos. Em grupos, o contágio do novo coronavírus tem mais chances de acontecer. Isso ocorre porque as formas de disseminação são variadas, incluindo as gotículas

respiratórias e o próprio contato, por meio de aperto de mão ou toques.

Qualquer pessoa que tenha contato próximo com alguém com sintomas respiratórios está em risco de ser exposta à infecção. Nas lojas, alguém pode manusear superfícies contaminadas e depois colocar a mão no nariz, olhos e boca. Infectado, esse cliente pode passar o vírus para familiares, vizinhos e amigos, aumentando a curva de contágio da Covid-19, o que dificulta o combate. No isolamento domiciliar, esse risco é menor, pois os cuidados domésticos impedem a disseminação.

O lockdown neutraliza essa forma de contágio porque o fluxo de pessoas nas ruas diminui drasticamente. Por este motivo, as barreiras são montadas nas principais avenidas da região metropolitana de São Luís. Onde há aglomeração, o coronavírus pode estar presente. É uma forma de controle da doença que apresentou resultados positivos na China, onde a pandemia começou em dezembro do ano passado e se espalhou para o mundo.

A cidade de Wuhan, epicentro do novo coronavírus, passou mais de três meses em lockdown, que foi encerrado somente no dia 8 de abril. Na China, não estão sendo mais registrados casos de transmissão comunitária. Os dados oficiais mostram apenas poucos casos importados.

Decreto

O Decreto nº 35.784, do último dia 3 de maio, estabelece as medidas preventivas e restritivas que serão aplicadas na Ilha do Maranhão, que engloba os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. As ações do bloqueio total terão como base uma determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos e a própria pandemia do novo coronavírus. Por meio disso, fica proibida qualquer aglomeração de pessoas em local público ou privado, como realização de shows, congressos, plenárias, torneios, jogos, apresentações teatrais, sessões de cinema, festas em casas noturnas e similares.

Ademais, em todos os locais públicos e de uso coletivo, ainda que privados, é obrigatório o uso de máscaras de proteção, que podem ser descartáveis, caseiras ou reutilizáveis. Pelo decreto do lockdown, somente serão admitidas entrada e saída da Grande Ilha para ambulâncias, viaturas policiais, profissionais de saúde em deslocamento (exclusivamente para desempenho de suas atividades), veículos destinados ao transporte de pacientes que fazem ou farão tratamento de saúde fora do seu domicílio e caminhões.

Além disso, também estão incluídos veículos a serviço das atividades essenciais. Foi reduzido para quatro o número de trajetos diários do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry-boat. Serão duas rotas São Luís-Cujupe e outras duas Cujupe-São Luís. Mas isso será destinado, exclusivamente, ao transporte de ambulâncias, viaturas policiais, caminhões, dentre outros.

Continu

lendo

em:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/05/07/comerciantes-sao-orientados-a-fechar-lojas-durante-o-lockdown/>

Juiz diz que 2º dia de lockdown em SL "foi ruim" e defende punições

O magistrado defende que é hora de aplicar sanções a quem desobedecer as ordens de isolamento

O juiz Douglas de Melo Martins, autor da decisão que determino ao Estado a decretação do lockdown na Região Metropolitana de São Luis, reconheceu ontem (6), durante entrevista à rádio Nova FM, que o segundo dia de bloqueio "foi ruim".

Para ele, houve baixa circulação de pessoas no primeiro dia, mas, na quarta, ocorreu muita burla às regras.

"Eu acompanho o que está acontecendo. Do que tenho eu tenho visto, nos meios de comunicação, a minha análise é que o primeiro dia foi bom, as pessoas cumpriram. Viu-se, de logo, uma redução de mais de 60%, segundo dados da SMTT, da movimentação de veículos. Já no dia de hoje, eu percebi, pelo noticiário, que o nível de adesão caiu. Um número de pessoas muito grande passou a circular pela cidade. Então, na minha avaliação, o primeiro dia foi bom, o segundo dia foi ruim", declarou.

O magistrado defende que, após dois dias de orientações e esclarecimentos à população, é hora de as autoridades começarem a fazer valer o decreto e aplicar sanções a quem desobedecer as ordens de isolamento.

"Eu penso que o futuro, dos próximos dias, dependerá, agora, das outras providências que são necessárias adotar. Nos primeiros dias é natural que a atuação seja só de conscientização, de orientação. E, do que eu percebi, até agora ninguém foi multado, ninguém foi punido, ninguém foi conduzido a alguma delegacia de polícia. Mas, ao que parece, ao meu sentir, a partir de amanhã [hoje], talvez, já que á tivemos dois dias de orientação, dois dias só de conscientização, dois dias só de esclarecimentos, penso que seria a hora de começar a aplicar punições"

O impacto negativo no comércio do Dia das Mães

Situação inédita na Ilha de São Luís, a determinação judicial impacta fortemente as vendas para o Dia das Mães, segunda melhor data para o varejo

O comércio do Maranhão deve amargar uma situação econômica nunca antes vivenciada neste Dia das Mães. A data, que é considerada o Natal do primeiro semestre pelo comércio e a segunda mais importante no calendário varejista brasileiro, vai encontrar, na região metropolitana de São Luís, as portas dos comércios de serviços considerados não essenciais fechados. A medida é para impedir o avanço do novo coronavírus no estado.

A crise provocada pelo Covid-19 já acarretava uma queda histórica do volume de vendas no varejo em todo o Brasil. Com o lockdown (bloqueio total) dos serviços não essenciais em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, a situação tende a ficar mais crítica.

Determinado pela justiça via Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e acatado pelo Governo do Estado (Decreto Estadual Nº 35.784/2020), o lockdown entrou em vigor na terça-feira (5) para conter a pandemia de Covid-19 e vale por dez dias. A população deve seguir as medidas de restrição, sob pena de multa. Dentre os pontos elencados no decreto, está a suspensão das atividades não essenciais, com exceção de serviços de alimentação, farmácias, portos e indústrias que trabalham em turnos de 24 horas; suspensão da circulação de veículos particulares, sendo autorizados somente a saída para compra de alimentos ou medicamentos, para transporte de pessoas e atendimento de saúde, serviços de segurança ou considerados essenciais; limitação da circulação de pessoas em espaços públicos.

Assim, muitas lojas que utilizavam a plataforma digital para continuar as vendas por delivery, tiveram que acatar a decisão. “Devido à decisão judicial que determina o lockdown estamos suspendendo nossas atividades até que seja decretado o fim do mesmo. #fiqueemcasa”, informaram algumas lojas de vestuário e calçados que impulsionavam suas vendas pela Internet fazendo entrega a domicílio.

Para Max de Medeiros, Superintendente da Fecomércio, o impacto de um Dia das Mães sem comércio físico é mais direto sobre os pequenos negócios, que não têm a capacidade de migrar de forma tão inesperada e acelerada para as plataformas on-line e montar um sistema de entrega. “Por isso não descartamos, por exemplo, uma estratégia de incentivar o adiamento da comemoração da data para um período posterior. É importante que, nesse momento, as pessoas que mantem sua capacidade de compra preservada possam dar prioridade para o pequeno negócio local que ofereça os serviços de comercialização digital, para que possamos fazer com que o dinheiro circule na nossa economia”, disse Medeiros.

Ainda de acordo com o superintendente, algumas estratégias estão sendo desenhadas para atenuar o grave impacto econômico que a data deverá experimentar este ano, como campanhas de conscientização para que os consumidores comprem de modo digital, priorizando o comércio local. “A situação é inédita, tanto para empresários quanto para consumidores, e, portanto, necessitaremos do empenho e apoio de todos para contornarmos a situação, sem deixar de lado um momento tão importante para as famílias como é o Dia das Mães”.

Não descartamos, por exemplo, uma estratégia de incentivar o adiamento da comemoração da data para um

período posterior

Fiscalização em pontos estratégicos na Ilha

No primeiro dia de lockdown, equipes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado (Suvisa), mantiveram a fiscalização dos estabelecimentos, em pontos considerados estratégicos na Ilha de São Luís. Equipes de fiscais percorreram os bairros da Cohab, Cohatrac, Cidade Operária, São Francisco, Renascença e Avenida dos Holandeses.

Em caso de descumprimento das exigências do lockdown, o estabelecimento poderá sofrer desde advertências, a pagar multas e interdição parcial ou total. As multas poderão ir de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão, podendo dobrar o valor em caso de reincidência, mas levando em conta a capacidade econômica.

A Prefeitura de São Luís também está com suas equipes nas ruas. O trabalho será até o dia 14, quando encerra o decreto. Podem sair quem necessitar comprar alimentos, ir às farmácias, unidades de saúde e outras atividades essenciais. Em todos os casos é necessário que haja comprovação da necessidade do deslocamento. A circulação de veículos particulares também só pode ocorrer nestes casos específicos. O comércio não essencial também segue fechado durante o período.

Continue

lendo

em:

<https://oimparcial.com.br/cidades/2020/05/o-impacto-negativo-no-comercio-do-dia-das-maes/>

“Segundo dia de lockdown foi ruim”, afirma juiz Douglas de Melo

O magistrado defende agora uma posição mais rigorosa das autoridades, através das multas

Juiz Douglas de Melo Martins - Reprodução

Thalia Lemos

Por: Thalia Lemos

07 de Maio de 2020

O autor da decisão que determinou a decretação do lockdown na Região Metropolitana de São Luis, juiz Douglas de Melo Martins, afirmou durante entrevista à uma rádio local, que o segundo dia de bloqueio na Grande Ilha não foi satisfatório. Para ele, houve baixa circulação de pessoas no primeiro dia, mas, na quarta, muitas pessoas burlaram as regras.

De acordo com o juiz, sua análise sobre o primeiro dia de lockdown na Grande Ilha foi boa, visto que as pessoas acabaram ficando mais em suas residências, o que foi notado pela redução de mais de 60% da movimentação de veículos, segundo dados da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. Contudo, conforme o magistrado, na quarta-feira um número de pessoas muito grande passou a circular pela cidade. “Então, na minha avaliação, o primeiro dia foi bom, o segundo dia foi ruim”, declarou.

Nesse momento, após dois dias de orientações e esclarecimentos à população, o juiz defende uma posição mais rigorosa das autoridades, através de multas. “Eu penso que o futuro dos próximos dias, dependerá, agora, das outras providências que são necessárias adotar. Nos primeiros dias é natural que a atuação seja só de conscientização, de orientação. E, do que eu percebi, até agora ninguém foi multado, ninguém foi punido, ninguém foi conduzido a alguma delegacia de polícia. Mas, ao que parece, ao meu sentir, a partir de amanhã [hoje], talvez, já que tivemos dois dias de orientação, dois dias só de conscientização, dois dias só de esclarecimentos, penso que seria a hora de começar a aplicar punições”, afirmou.

Bolsonaro dará um golpe se puder, afirma Flávio Dino

Governador, ex-juiz, vê “acervo” de crimes do presidente, mas diz que debate sobre impeachment só ocorrerá depois da pandemia

Na linha de frente da oposição a Jair Bolsonaro, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirma haver no meio político a impressão generalizada de que o presidente “deseja turvar as águas brasileiras, por várias razões”, sendo a principal delas para “ocultar as suas carências administrativas escandalosas”. “Ele deseja águas turvas porque, se possível, não há dúvida que tentará algum empreendimento de face golpista”, enfatizou o maranhense, ao participar, ontem, da “Live” do Valor. “[Bolsonaro] é filho do ethos autoritário. Se puder, dará um golpe.”

O governador, que antes da pandemia vinha ocupando papel de destaque nas costuras políticas com lideranças de centro, diz ver com espanto a forma com a qual Bolsonaro hostiliza e sabota, inclusive promovendo aglomerações, a agenda do coronavírus. “Ele objetiva, de fato, desviar a atenção nacional deste drama, drama concreto, de centenas, de milhares de mortos todos os dias, sofrimentos nos lares, dos profissionais de saúde.” Essa postura do presidente, acrescenta Dino, faz com que questões administrativas cruciais sejam deixadas de lado, como a logística do pagamento do auxílio emergencial à população carente e informais, gerando filas intermináveis em frente a agências da Caixa Econômica Federal. “Ninguém cuidou disso. Bolsonaro tem que se ocupar da sua responsabilidade. Ele quer se desviar, mas tem que tratar do coronavírus. Ele é sócio do coronavírus.”

Segundo o governador, que teve uma carreira de juiz antes de entrar para a política, “do ponto de vista jurídico” não há dúvida de que há um “encontro marcado” com o debate sobre os crimes comuns e de responsabilidade cometidos por Bolsonaro. Mas isso só se dará mais adiante, reconhece. Dino afirmou que viu sim “provas contundentes” apresentadas pelo ex-ministro da Justiça Sergio Moro contra o presidente, o que pode complicar sua situação política.

“Achei muito contundente [o depoimento de Moro]. O depoimento, do ponto de vista jurídico, já é uma prova, indício consistente. É um ex-juiz, um ex-ministro, apresentando uma versão gravíssima em que poderia, em tese, haver ocorrência de vários crimes, desde advocacia administrativa, prevaricação, eventualmente até obstrução à justiça. Isso se extrai muito facilmente na narrativa que o ex-ministro Sergio Moro fez. Além disso ele apresenta provas materiais, ou seja, provas de corroboração, aquelas que confirmam, documentalmente, a sua narrativa.”

Dino considera possível o andamento do inquérito no Supremo Tribunal Federal para apurar eventuais crimes e abuso de poder de Bolsonaro no caso que culminou na saída de Moro do governo, mas diz ser impossível que se avance, virtualmente, um debate sobre o impeachment. “Dada a gravidade do que Sergio Moro disse, e dadas as condutas que, mais do que de indiferença, são condutas ofensivas que o presidente tem adotado em relação à pandemia do coronavírus, temos um conjunto bastante expressivo que deve fazer com que, no período de cessação da pandemia, haja um debate jurídico e político diante deste acervo contundente de cometimento de atos ilícitos por parte do presidente.”

Por decisão judicial, prontamente acolhida pelo governador, o Maranhão está em “lockdown” em algumas

regiões, com destaque para a capital, a ilha de São Luís, e parte da região metropolitana. O juiz que tomou a decisão do “lockdown”, Douglas de Melo Martins, está sendo ameaçado de morte. “Temos, infelizmente, em nível nacional, ainda uma tendência ascendente no que se refere à pandemia. No Maranhão, estamos com 5 mil casos. As semanas epidemiológicas mais complexas estão a se aproximar. Fizemos uma espécie de ‘lockdown’ profilático”, justificou. O fechamento mais radical da capital se estende até o dia 14, e poderá ser reavaliado. As escolas permanecerão fechadas pelo menos até 1º de junho no Estado.

Continue

lendo

em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/07/bolsonaro-dara-um-golpe-se-puder-se-puder-flavio-dino.ghtml>